

Movimento das Mulheres Camponesas e sua relação de resistência com a ditadura militar – Sarue Brunetto e Fábio Martins

## **Movimento das Mulheres Camponesas e sua relação de resistência com a ditadura militar**

Fabio Martins<sup>1</sup>  
fabiomartinscotiro@hotmail.com  
Universidade Federal de Santa Catarina

Sarue Brunetto  
saruebrunetto@hotmail.com  
Universidade Federal de Santa Catarina

**RESUMO:** Este artigo busca entender o surgimento do Movimento das Mulheres Camponesas e discutir as formas de resistência durante a ditadura militar, com o objetivo de compreender a trajetória do movimento no oeste de Santa Catarina.

**Palavras-chave:** Movimento das Mulheres Camponesas, Ditadura Militar, Oeste Catarinense.

**ABSTRACT:** This article seeks to understand the emergence of the Movement of Rural Women and discuss with the forms of resistance during the military dictatorship, with the goal of understanding the trajectory of motion in western Santa Catarina.

**Key words:** Movement of Rural Women, Military Dictatorship, West Catarinense

Naquele período o Oeste catarinense encontrava-se habitado predominantemente por descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses, oriundos do Rio Grande do Sul. Praticavam uma agricultura de base familiar voltada à produção diversificada como arroz, feijão, batata e mandioca utilizada principalmente para subsistência.

Em 1970, devido a uma rápida e intensa mecanização da lavoura brasileira, ocorreu um processo de desenvolvimento e modernização da agricultura. Tal processo é desencadeado

---

<sup>1</sup> Acadêmicos do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Histórias da Universidade Federal de Santa Catarina.



no período pós-segunda guerra mundial, no qual se buscava reutilizar os materiais de guerra para a agricultura, a exemplo dos produtos químicos no uso de fertilizantes e dos tanques de guerra utilizados para fabricação de máquinas agrícolas. Essas ações culminaram na denominada Revolução Verde.<sup>2</sup>

A revolução Verde foi à criação de um programa idealizado para aumentar a produção agrícola por meio de melhoramento genético de sementes, uso intensivo de insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos) e mecanização para ter uma produção em massa.

Esse programa tinha como justificativa a produção em massa para acabar com a fome no mundo e o desenvolvimento da agricultura. No Brasil está relacionado com a ideia de progresso e modernização pensada pelos militares, o chamado milagre econômico.

Entre os objetivos deste programa estavam à modernização da agricultura, produção em grande escala, implantação do chamado “pacote tecnológico” que possibilitava a venda de fertilizantes, agrotóxicos e máquinas agrícolas.

A chegada da modernização agrícola e o início da economia camponesa tradicional na região foram sentidos por dois fatores principais, o endividamento junto ao setor bancário e a crise da suinocultura<sup>3</sup>.

Os créditos bancários acessíveis aos pequenos produtores rurais estavam relacionados com a modernização das técnicas de produção, a utilização de insumos de origem industrial e a mecanização agrícola. Com esses estímulos houve um aumento nas exigências da qualidade dos produtos, das expectativas de produtividade e aumento nos custos de produção, já que era preciso comprar sementes, insumos e maquinário, entretanto, mesmo com melhorias, os preços da venda do produto despencaram.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> POLI, Odilon Luiz. *Leituras em movimentos sociais*. 2. ed. rev. Chapecó: ARGOS, 2008.

<sup>3</sup> A oscilação nos preços dos suínos com altas e baixas muito acentuadas devido a Peste Suína Africana. Com a morte de alguns suínos que se alimentavam com restos de alimentos de um aeroporto, começou a ser divulgado, nos noticiários a existência de uma doença no suínos, chamada Peste Suína Africana, que poderia espalhar-se por todo o país. A partir de então passaram a ser identificados supostos focos da doença em vários pontos da região Sul, inclusive no Oeste catarinense. E com isso os agentes sanitários começaram a matar os suínos dos agricultores, mesmo que a existência nunca tenha realmente sido comprovada. Segundo alguns dos agentes a suposta peste foi um estratégia para a eliminação definitiva da produção autônoma de suínos na região. Podemos encontrar mais sobre esse assunto no livro: POLI, Odilon Luiz. *Leituras em movimentos sociais*. 2. ed. rev. Chapecó: ARGOS, 2008.

<sup>4</sup> POLI, Odilon Luiz. *Leituras em movimentos sociais*. 2. ed. rev. Chapecó: ARGOS, 2008.



Houve um aumento da concentração fundiária, pois muitos agricultores não conseguiram competir com a produção dos grandes latifundiários e tiveram que vender a propriedade e migrar para a cidade, ocorrendo o êxodo rural. Entretanto, ao chegarem à cidade, as famílias se deparavam com um custo de vida maior, por isso muitas vezes se instalavam nas favelas. Essa onda migratória é que gerou um inchaço das favelas e cidades nas décadas 1970 e 1980.

Outro ponto que colaborou para a crise dos pequenos agricultores foi à morte de alguns suínos alimentados com restos de alimentos de um aeroporto. O fato foi divulgado nos noticiários como Peste Suína Africana, uma doença que poderia se espalhar para o resto do país. Com isso foi promovida o extermínio dos suínos afetados pela peste. O evento gerou grandes prejuízos aos produtores fazendo com que esses agricultores juntamente com a igreja desconfiassem da doença, para eles tudo não passava de uma estratégia para eliminação definitiva da produção autônoma de suínos na região. Com o apoio da igreja e de alguns sindicatos da região, mais de 20 mil camponesas (as) se reuniram para protestar nas ruas contra a Peste Suína Africana, sendo esta a primeira grande manifestação na região em fins dos anos 70.

No final da década de 1960, a Igreja Católica criou as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) baseadas nos princípios da Teologia da Libertação, na qual os teólogos da libertação faziam uma releitura das sagradas escrituras a partir da perspectiva dos oprimidos, condenando o capitalismo e considerando-o um sistema anti-humano e anticristão. As CEBs promoviam debates sobre problemas sociais, e organizavam os trabalhadores do campo e da cidade para lutar em favor dos seus direitos.

Levando em conta esses problemas sociais e econômicos que o regime militar não estava resolvendo, a igreja juntamente com os camponeses começa a fazer trabalhos de base como curso de formação sindical, política e social para que se organizassem diferentes movimentos, como o sindical, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento de Mulheres Agricultoras.

Com o golpe militar de 1964 foram proibidas as mobilizações populares, sendo instituídos o fim dos movimentos sociais, a prisão, perseguição e morte de lideranças. Os



sindicatos que sofreram maiores sanções foram justamente os que tinham maior comprometimento com as causas sociais e rurais, nesse caso suas lideranças sofreram bastante com a repressão e também foram perseguidos. No regime militar, foi criada a Lei de Valorização da Ação Sindical de 1970 e também o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (1971), originando um sindicato de caráter assistencialista, impedindo as mobilizações sociais. Para tanto, essas instituições tinham como prática a prestação de serviços como assistência médica- hospitalar e odontológica, e também previam o cadastramento de terras, incluindo a cobrança do imposto territorial rural.

No final dos anos 70 começa juntamente com o trabalho pastoral da Igreja Católica a formação de chapas de oposição aos sindicatos assistencialistas. No caso de Chapecó, organiza-se uma chapa de oposição sindical durante as comemorações do dia do Colono, promovido pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) e pela equipe de base, que se reunia periodicamente para planejar e encaminhar as ações políticas. Como podemos ver na fala do Casagrande:

O movimento teve início no dia 25 de julho de 1981, no distrito de Itaberaba, município de Chapecó. Para comemorar o dia do Agricultor, organizou-se uma equipe de base, composta por membros do clero, lideranças rurais e do partido dos trabalhadores (PT). O objetivo inicial era organizar os agricultores para conquistarem a direção do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Chapecó, tido como inoperante pela equipe de base. Algumas mulheres também integravam a equipe e, na oportunidade, levavam a problemática de não participação da mulher no órgão sindical. Elas estavam decididas a reivindicar o direito de sindicalização que até então nunca fora cogitado na região. A sindicalização das mulheres torna-se uma das bandeiras centrais, levantada pela chapa de oposição, na luta pela conquista da direção do sindicato. Com a participação intensa e decisiva das mulheres agricultoras na campanha, a chapa de oposição chega a vitória. Durante a campanha, as mulheres de Itaberaba levavam a questão de sindicalização a todas as comunidades do município de Chapecó, o que se tornou a fase inicial do Movimento das Mulheres Agricultoras.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> CASAGRANDE, Jacir L. *Movimentos sociais do campo: mulheres agricultoras em Santa Catarina*. 1991. 87 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós- Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.



Após a mobilização de 25 de julho de 1981, e com a vitória da chapa de oposição do sindicato do trabalhadores rurais de Chapecó, o movimento de mulheres agricultoras começa a organizar grupos de discussão e encontros de representantes das comunidades rurais. Em primeiro de maio de 1983 é realizado o primeiro Encontro de Mulheres, o evento contou com a presença de 28 mulheres, representantes de 6 comunidades, incluindo alguns representantes de Base. As principais pautas envolvidas no encontro foram: apresentação das motivações para a realização do encontro; a apresentação dos presentes; o estudo em grupo da problemática da mulher; a discussão sobre como continuar o trabalho e a tomada de decisões nesse sentido.<sup>6</sup>

É importante resaltar que apesar do encontro ser composto por Mulheres Agricultoras, nesse momento inicial do movimento, a presença da Igreja e das pastorais era muito significativa, ou seja, elas ainda estavam ligadas a figuras de órgãos representativos, que em sua maioria eram coordenados por homens.

- A mulher é pouco lembrada na comunidade, as idéias dela não são bem aceitas. Não recebe oportunidade na diretoria. Falta lazer e lugar para lazer na comunidade. Não é valorizada na comunidade: só faz as coisas mais fáceis e simples. Em algumas comunidades não existem clube de Mães.
- Na família: é marginalizada as vezes pelo próprio marido. A tradição: ficar em casa com os filhos, trabalhando. É reprimida. Não é reconhecida nas coisas miudas que faz e vende- e o dinheiro as vezes fica com o marido. Não recebe herança como homem (quando casa). Algumas são escravas do marido.
- Na sociedade: não tem aposentadoria. Nem auxílio de acidente de trabalho. A idade para aposentadoria. O atendimento médico: a mulher sofre mais com os casos de doenças na família. A agricultora não recebe auxílio natalidade (maternidade). Só tem direito de trabalhar e lutar pela sobrevivência na política só aparece para votar: fora disso quase não é lembrada. Não sabe os direitos que tem, em relação ao sindicato, e outras coisas. Não participa do sindicato nem se associa, por isso se vai não tem direito ao voto. É usado como objeto de propaganda. A mulher não confia em si mesma.(Relatório do encontro de mulheres, em 1º de maio de 1983)<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Ibidem, p. 116.

<sup>7</sup> Idem, p. 119.



Através das participações nas discussões e formações das pastorais desenvolvidas pela Igreja, as mulheres agricultoras começam a perceber a sua realidade tanto na família como na sociedade, com isso elevam a sua percepção e os seus entendimentos como sujeitos políticos e sociais ativos na sociedade. No espaço da Igreja é que essas mulheres começaram a pensar mais em si, a descobrir a sua realidade e refletir sobre seu papel de mulher. Tanto nas CEBs, como na CPT e grupos de reflexão se inicia os questionamentos da submissão da mulher e entende-se a necessidade de uma transformação da relação gênero.

A partir dessas discussões dentro dos trabalhos de base, as mulheres se mostram dispostas a se mobilizar e lutar pela transformação dessa realidade. Pensam na organização e continuidade do movimento no final do primeiro encontro, e para tanto elas definem metas e apontamentos para seguir adiante com trabalho de organização. Durante o processo de organização do Movimento das Mulheres Agricultoras, ocorreram diversos encontros, reuniões e mobilizações para dar andamento as bandeiras e reivindicações do movimento.

Vale lembrar que o surgimento do MMA ocorreu no contexto do movimento camponês, sendo que ao mesmo tempo em que essas mulheres se organizaram para lutar em defesa dos seus direitos, elas também se preocuparam com a realidade de classe, ou seja, com os problemas sociais da classe trabalhadora, com as questões da modernização da agricultura e as políticas agrícolas.

O Movimento de Mulheres Agricultoras realizou uma serie de mobilizações ao longo de sua trajetória, a exemplo das que ocorreram no primeiro semestre de 1986, quando uma delegação de mulheres agricultoras do estado de Santa Catarina e do Alto Uruguai esteve em Brasília com o intuito de levar reivindicações como salário maternidade, aposentadoria, e o reconhecimento da profissão como trabalhadora rural. Essas exigências foram diretamente feitas aos ministros da Previdência Social. Já em 08 de março de 1989 em Florianópolis, uma grande concentração Estadual ocupa pela 1º vez a assembleia legislativa. Em 12 de agosto de 1986 ocorre a 1º mobilização pública estadual em Xanxerê, onde participaram mais de 10 mil trabalhadores e trabalhadoras, assim podemos observar na imagem seguinte:<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup>Reportagem no Jornal Alto do Irani, Xanxerê, Santa Catarina 13 de agosto de 1986 p. 2





Concentração de Mulheres em Xanxerê, no dia 12 de agosto de 1986. Foto SAI

Com o movimento ganhando força, as mulheres agricultoras, passam a conquistar benefícios como o direito à sindicalização para as agricultoras, previdência social, salário família, salário maternidade, e licença em caso de acidente de trabalho para as mulheres e crianças maiores de 12 anos.

A estrutura organizativa do movimento em nível estadual consta de: Assembleia Estadual, Coordenação Estadual, Executiva, Assembleias Regionais, Coordenações regionais, Assembleias Municipais, Coordenações Municipais e Comissão Municipal de Mulheres. Além da estrutura organizativa estadual, existe uma coordenação interestadual do MMA com representantes dos cinco estados em que o movimento se encontra estruturado (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul).

A intitulação de Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) se deu até o ano de 2003, que após o 3º Congresso Nacional e a 9ª assembleia estadual de Santa Catarina. A partir desse período passa a intitular-se Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), abrangendo mais trabalhadoras rurais de âmbito Nacional.



Entre o 3º congresso do MMA/SC (novembro de 2003) e a 9ª Assembleia do MMA/SC (novembro de 2004), “após intenso processo de estudo com dirigentes e grupos de base em 19 estados, foi realizado em Brasília, de 05 a 08 de março, o Congresso Nacional de Consolidação do Movimento de Mulheres Camponesas- MMC.”

A preparação do I Congresso Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil incluiu o estudo de uma cartilha pelas integrantes de movimentos autônomos nos estados e municípios mobilizados para a unificação nacional.<sup>9</sup>

Para o MMC, o gênero se tornou bandeira de luta, contribuindo para a produção de estratégias que incluíam outras prioridades, não ficando restritas às lutas de classe. Passaram, portanto a se preocupar com as relações de gênero como algo transformador, juntamente com a luta de classe.

Nos seus 30 anos de história, observamos lutas que apontam para projetos de transformação social e de igualdade de gênero no que concernem as relações de trabalho, direitos trabalhistas, previdenciários, participação política das mulheres em diferentes instancias de poder, a construção de uma agricultura agroecológica e a soberania alimentar.

A questão de gênero dentro do MMC deve ser levada em consideração, pois pensar um movimento que começa na década de 80 e que questiona as relações entre homens e mulheres, propõe também mudanças para essas relações dentro das organizações de camponeses, em que muitas vezes as mulheres são excluídas desse processo. Portanto, a transformação das relações gênero ocorre juntamente com as lutas sociais camponesas. Segundo Salvaro:

O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; gênero como o primeiro modo de dar significado às relações de poder. Essas proposições podem ser pensadas de modo que a diferença dos sexos, por meio da qual este se constitui como discurso, também é discursiva. Práticas discursivas constituem corpos e sujeitos, categorizando-os de acordo com regras culturais produzidas e reproduzidas ao longo da história.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. *Entre a igualdade e a diferença: mulheres camponesas em lutas de gênero*. 289 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2010.

<sup>10</sup> Idem, p. 21.





Compreender o Movimento das Mulheres Camponesas e sua trajetória é muito importante, pois é um movimento que no início da década de 1980 começa a questionar sua realidade durante regime militar e luta para transformar as relações e a realidade social. Isso mostra o quanto os movimentos camponeses também resistiram à ditadura. Mesmo sendo no final do período do regime militar, em que não ocorria tanta repressão como no início, mesmo assim o movimento teve que resistir a várias formas de repressões, embates políticos. As mulheres lutaram para conseguir se organizar enquanto movimento e quebrar muitos preconceitos internos como na sociedade em geral.

Atualmente o Movimento das Mulheres Camponesas, juntamente com Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Movimento dos Pequenos Agricultores fazem parte uma articulação internacional dos camponeses chamada de Via Campesina. Juntos eles constroem bandeiras de luta comuns em defesa dos camponeses (as). O MMC puxou nos últimos anos a pauta da soberania alimentar, em conjunto com outros movimentos, com o intuito de discutir que alimentos são produzidos, a produção agroecológica e a defesa das sementes serem dos povos, e não na mão das multinacionais.

Concluimos que o MMC é um importante movimento de luta, onde as mulheres podem almejar por igualdade de gênero, justiça social, soberania alimentar, e observamos também que as mulheres querem conquistar um país mais justo e igualitário. O MMC resistiu a ditadura e continua lutando contra a sociedade opressora.

Ao longo da história, as mulheres tiveram que se organizar para conquistar os seus direitos, sendo que tiveram que continuar lutando para assegurar os direitos já conquistados. Podemos concluir que o MMC ao longo de sua jornada tem seus objetivos bem explícitos, buscando sempre colocar a mulher em um patamar de respeito e dignidade perante a sociedade, não só assegurando seus direitos trabalhistas, mas também conquistando lugares de destaque no âmbito político e econômico. Não podemos negar que as mulheres ainda enfrentem certas dificuldades, principalmente para entrar no mercado de trabalho.

Apesar de todos os problemas enfrentados na atualidade, podemos observar que as mulheres são vistas em todos os cursos de graduação e pós-graduação nas universidades. As



mulheres além de serem a maioria hoje no mundo, são mais assíduas, pontuais e mais disciplinadas que os homens. Acreditamos que as coisas estão caminhando, mesmo que lentamente, para um mundo mais igualitário e justo para com as mulheres.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADÃO, Nilton Manoel Lacerda. **Movimento das Mulheres Camponesas e a semeadura de novas perspectivas**: os significados da (re) produção de sementes crioulas para as mulheres no oeste catarinense. 134 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2009.

BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas**: o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas. Florianópolis, 2012. 253 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

CASAGRANDE, Jacir L. **Movimentos sociais do campo**: mulheres agricultoras em Santa Catarina. 1991. 87 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

POLI, Odilon Luiz. **Leituras em movimentos sociais**. 2. ed. rev. Chapecó: ARGOS, 2008.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. **Entre a igualdade e a diferença**: mulheres camponesas em lutas de gênero. 289 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2010.

---

Recebido em 31 de outubro de 2013

Aceito para publicação em 18 de fevereiro de 2014

